

Área: Sustentabilidade | **Tema:** Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental

**RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS EM EMPRESAS ESTATAIS DO SETOR DE
ENERGIA: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO A PARTIR DA
NBC T 15**

**RELEVANCE OF ENVIRONMENTAL INFORMATION IN STATE OWNED ENERGY COMPANIES: A
CONTENT ANALYSIS OF THE ADMINISTRATIVE REPORT FROM NBC T 15**

Rafael Scouto Rosa, Ana Paula Giacomelli e Marcelo Medeiros Pereira

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a evidenciação das informações de natureza ambiental publicadas no relatório da administração de três grandes empresas estatais do ramo de energia elétrica no Brasil, com base nos critérios da norma NBC T 15. Para tanto, foi utilizado método de comparação entre os relatórios da administração e a NBC T 15, de forma a revelar o cumprimento da norma na evidenciação das informações ambientais. Também foram citados autores da área em questão para basear esta pesquisa. A partir desta análise, foi possível concluir que grande parte dos critérios da NBC T 15 são evidenciados nos relatórios, principalmente boas práticas e iniciativas. Já informações judiciais só foram encontradas em um dos relatórios, da companhia CESP. Foi possível concluir que as 3 empresas analisadas continham a maioria das exigências da norma evidenciando também informações adicionais de natureza ambiental.

Palavras-Chave: Análise. Contabilidade Ambiental. Relatório da Administração.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the disclosure of environmental information published in the management report of three large state-owned electric power companies in Brazil, based on the criteria of the NBC T 15 standard. For that, a method of comparison between management reports and NBC T 15 was used in order to reveal compliance with the standard in the disclosure of environmental information. Authors of the area in question were also quoted to base this research. From this analysis, it was possible to conclude that most of the NBC T 15 criteria are evident in the reports, mainly the good practices and initiatives. Also, judicial information was only found in one of the reports, from the company CESP. It was possible to conclude that the three companies analyzed contained most of the requirements of the standard, and they also showed additional environmental information.

Keywords: Analysis. Environmental Accounting. Management Report.

Eixo Temático: Sustentabilidade

RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS EM EMPRESAS ESTATAIS DO SETOR DE ENERGIA: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO A PARTIR DA NBC T 15

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a evidenciação das informações de natureza ambiental publicadas no relatório da administração de três grandes empresas estatais do ramo de energia elétrica no Brasil, com base nos critérios da norma NBC T 15. Para tanto, foi utilizado método de comparação entre os relatórios da administração e a NBC T 15, de forma a revelar o cumprimento da norma na evidenciação das informações ambientais. Também foram citados autores da área em questão para basear esta pesquisa. A partir desta análise, foi possível concluir que grande parte dos critérios da NBC T 15 são evidenciados nos relatórios, principalmente boas práticas e iniciativas. Já informações judiciais só foram encontradas em um dos relatórios, da companhia CESP. Foi possível concluir que as 3 empresas analisadas continham a maioria das exigências da norma evidenciando também informações adicionais de natureza ambiental.

Palavras-chave: Análise. Contabilidade Ambiental. Relatório da Administração.

RELEVANCE OF ENVIRONMENTAL INFORMATION IN STATE OWNED ENERGY COMPANIES: A CONTENT ANALYSIS OF THE ADMINISTRATIVE REPORT FROM NBC T 15

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the disclosure of environmental information published in the management report of three large state-owned electric power companies in Brazil, based on the criteria of the NBC T 15 standard. For that, a method of comparison between management reports and NBC T 15 was used in order to reveal compliance with the standard in the disclosure of environmental information. Authors of the area in question were also quoted to base this research. From this analysis, it was possible to conclude that most of the NBC T 15 criteria are evident in the reports, mainly the good practices and initiatives. Also, judicial information was only found in one of the reports, from the company CESP. It was possible to conclude that the three companies analyzed contained most of the requirements of the standard, and they also showed additional environmental information.

Keywords: Analysis. Environmental Accounting. Management Report.

INTRODUÇÃO

A preocupação das indústrias e empresas de diversos segmentos com o meio ambiente tem sido crescente nos últimos anos. Este fato corrobora para que o desenvolvimento sustentável esteja presente nas organizações, principalmente as que se utilizam de recursos naturais como matéria prima. Segundo Ribeiro (2010, p. 6), o conceito de desenvolvimento sustentável “corresponde à satisfação das necessidades sociais, sem o prejuízo das gerações futuras”. Além disso, as pessoas que tem interesse no meio ambiente esperam que as empresas sejam responsáveis nesse aspecto, o que aumenta a necessidade da evidenciação pública de informações desse caráter. Desta forma, é possível que, tanto investidores, quanto usuários finais, possam ter conhecimento sobre os tipos de práticas sustentáveis que as empresas adotam.

Neste estudo, serão analisadas informações relativas a letra “d” do item 15.1.2 da NBC T 15, que, mesmo não obrigatória, é estabelecida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), atendendo ao que está disposto no Art. 1º da Resolução CFC nº 751, de 29 de dezembro de 1993 e vigora desde 2006. Nesta norma são estipuladas informações de natureza social e ambiental com o objetivo de demonstrar para a sociedade a responsabilidade das empresas em relação a este tema. A NBC T 15 também estipula procedimentos técnicos os quais as empresas devem atentar no momento da evidenciação dessas informações (CFC, 2004).

Para a confecção deste trabalho foi utilizada a técnica comparação entre a NBC T 15 e os relatórios da administração das empresas objeto do estudo. A partir da observação dos três relatórios da administração de três indústrias do ramo de energia, foi possível analisar e classificar, de acordo com as informações qualitativas e quantitativas evidenciadas, se existem práticas que envolvem responsabilidade ambiental e que tipo de conduta é escolhida em relação a este aspecto, dentro dos critérios da NBC T15.

Diante do exposto, é possível realizar o seguinte questionamento: As empresas estatais do setor de energia levam em consideração os critérios da NBC T 15 na evidenciação das informações ambientais no relatório da administração? Para responder o problema este estudo possui como objetivo geral identificar os aspectos ambientais da NBC T 15 no conteúdo dos relatórios da administração na amostra escolhida. Apresentando como objetivos específicos: (i) analisar os relatórios da administração das 3 empresas do setor de energia elétrica foco deste estudo; (2) elencar as características ambientais da NBC T 15 e (iii) comparar o atendimento da NBC T 15 entre as 3 empresas analisadas.

A relevância desta pesquisa se dá pelo fato de que a sustentabilidade entre as organizações vem ganhando cada vez mais destaque e as questões ambientais estão cada vez mais presentes no meio corporativo e a população em geral. Ribeiro (2010, p. 7), afirma que o investimento das empresas em preservação do meio ambiente tem sido constante e muitas vezes antecede a legislação. Neste sentido é importante que todos os usuários da contabilidade possam ter acesso às informações de caráter ambiental de empresas que estão presentes no dia a dia de todos, caso das indústrias geradoras de energia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentar o presente estudo, serão apresentados conceitos de autores da área a respeito do relatório da administração e a contabilidade ambiental. Também será conceituada a NBC T 15, de acordo com resolução do Conselho Federal de Contabilidade.

2.1 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E A CONTABILIDADE AMBIENTAL

O relatório da administração é um documento exigido por lei, que reúne todas as demonstrações contábeis de um determinado exercício, referente a uma companhia aberta.

Além de informações quantitativas referentes as demonstrações financeiras, o relatório apresenta também políticas e objetivos da empresa. Apesar de sua publicação ser obrigatória, este documento não tem formato padrão, o que gera discussões a respeito.

De acordo com a Lei 6404/76, citada no parecer de orientação n. 15 (CVM n. 15) – que dispõe dos procedimentos que devem ser observados na publicação do relatório da administração – revela que este relatório deve ser publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício, precisando conter informações sobre a aquisição de debêntures de sua própria emissão, política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos constantes de acordo de acionistas, negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício e por fim, a relação dos investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas evidenciando as modificações ocorridas durante o exercício.

O parecer de orientação n. 15 também faz menção ao que deve conter no relatório da administração em questão de relevância das informações. Com o intuito de ser útil, a informação contábil também precisa ser relevante, a fim de suprir as necessidades dos usuários e facilitar a tomada de decisão. Uma informação pode ser tornar relevante a partir do momento em que ela intervém nas decisões econômicas dos usuários, contribuindo para mensurar os eventos da contabilidade, tanto presentes, quanto passados e futuros, além de confirmar ou corrigir estas informações. (IUDICIBUS, MARION E FARIA, 2017, p. 49).

De acordo com Marion (2013 p.48), apesar de não ser parte integrante das demonstrações, o relatório da administração é exigido por lei, sendo parte dos Documentos da Administração e a obrigatoriedade da sua divulgação se dá conforme a Lei n.º 6.404/1976, alterada pela Lei n.º 10.303/ 2001 no art. 133. Por fim, pode-se entender que o relatório da administração apresenta os principais resultados alcançados pela entidade, os quais divulgam informações que possibilitam a transparência das práticas da instituição, assim como seus objetivos e políticas.

Na segunda metade do século XX, a preocupação com o meio ambiente começou a ficar evidente, perante os problemas ambientais que vinham sendo percebidos, como a diminuição das florestas e contaminação de recursos naturais que afetavam a saúde das pessoas. Estes fatos geraram a visibilidade deste tema, que começou a ser debatido em fóruns mundiais e chegou ao conhecimento da população. (DIAS 2014, p. 06). Apesar da ciência sobre os problemas ambientais ser de conhecimento geral de grande parte da população, o estilo de vida e a cultura da maior parte dos países do mundo não condiz com as práticas sustentáveis. Para as empresas atingirem seu objetivo principal, que é o lucro, as pessoas precisam consumir mais, e o consumismo sem responsabilidade só aumenta o problema.

Com o intuito de atender as crescentes necessidades das pessoas e empresas, grandes áreas naturais foram rapidamente tornando-se não mais do que matéria prima. “A demanda da humanidade por recursos naturais, supera a capacidade da Terra de regenerar-se”. Além disso o rápido crescimento da população aumenta também o consumo, gerando resíduos que prejudicam o equilíbrio natural do planeta. (FÉLIX E BORDA, 2009, p. 3).

Diante deste cenário onde pode-se perceber a escassez dos recursos naturais, Jabour e Jabour (2013, p. 97) afirmam que a grande parte das organizações é ciente dos seus deveres para com a sociedade e no que tange a sustentabilidade, as mesmas devem fundamentar sua gestão ambiental ao exercer a sua responsabilidade social. Ferreira, Siqueira e Gomes (2011, p. 1), definem a reponsabilidade social como “uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social. ”

Ribeiro (2010, p. 107) ressalta que “A evidenciação segregada dos eventos econômico-financeiros de natureza ambiental é uma das contribuições da contabilidade ao processo de preservação e proteção nesta área. “Apesar de ser uma prática não muito usada, ela vem crescendo no meio organizacional.

Disclosure, ou divulgação de informações financeiras, é um termo contábil usado para descrever o processo de fornecimento do acesso público a informações financeiras de uma empresa com o objetivo de dar transparência a esses dados (Hendriksen e Van Breda, 1999). No Brasil, a divulgação de informações de natureza sócio ambiental por meio da contabilidade data do início da década de 1990, quando surgiram também os primeiros trabalhos acadêmicos sobre contabilidade ambiental no Brasil conforme Calixto (2007, p.13). Ao passo que aumentaram as cobranças da sociedade em relação aos impactos das atividades das organizações no meio ambiente, aumentou também a preocupação das empresas em disponibilizar aos seus *stakeholders* informações de caráter ambiental.

A divulgação das informações contábeis pode ser realizada pela utilização de vários métodos, que têm como finalidade evidenciar tantos aspectos quantitativos quanto qualitativos relacionados às atividades realizadas pela empresa. De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999), os métodos mais utilizados para divulgação das informações contábeis são: notas explicativas, quadro e demonstrações complementares, relatório de auditores independentes, relatórios da administração, entre outros.

Diante do exposto, é possível afirmar que a escolha de um determinado método de evidenciação, bem como a sua utilização de maneira adequada, está basicamente relacionada ao objetivo da Contabilidade, que é o de satisfazer as necessidades do usuário da informação contábil.

2.2 NBC T 15

Diante da necessidade e da falta de padronização de como revelar as ações ambientais das empresas, em 1996 o IBRACON estabeleceu normas de evidenciação ambiental através da Norma de Procedimento de Auditoria 11 - NPA11, enfatizando que nas demonstrações contábeis das empresas que tivessem atividades poluidoras, o registros dos ativos e dos passivos ambientais fossem apresentados em títulos específicos, identificando, numa segmentação adequada, o ativo imobilizado ambiental, estoques ambientais, diferidos ambientais, etc., bem como os passivos ambientais (financiamentos específicos, contingências ambientais definidas, etc.). Nove anos após, em 2004, a Resolução 1.003 do CFC aprovou a NBC T-15 que criou a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental (DINSA), com divulgação obrigatória desde 2006, mas de forma complementar as demonstrações contábeis, estabelecendo procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

Conforme a NBC T-15 (CFC, 2004, p. 3), entende-se por informações de natureza social e ambiental: “a geração e a distribuição de riqueza; os recursos humanos; a interação da entidade com o ambiente externo; e, a interação com o meio ambiente”. A NBC T 15 é uma norma brasileira de contabilidade que tem como objetivo estabelecer procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, a fim de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social das empresas.

Embora não seja obrigatória, essa norma regula a evidenciação das informações de natureza ambiental e social para comprovar a interação da empresa com o meio ambiente, sendo essas informações extraídas ou não da contabilidade. Também não existe um formato padrão para a publicação dessas informações, de forma a complicar a comparação entre empresas do mesmo ramo. Outro fator relevante, é que a fonte dessas informações são as próprias organizações, o que leva o usuário a questionar a idoneidade deste conteúdo.

A norma ainda trata que além das informações citadas acima, será possível evidenciar demais tipos de informação de caráter ambiental que a entidade julgar relevante. A partir dos

tópicos apresentados, será possível mensurar a evidenciação das informações de natureza ambientais nas três empresas do ramo de energia elétrica, elencando e comparando-as entre si.

3 METODOLOGIA

O procedimento metodológico utilizado nesse estudo foi a pesquisa bibliográfica e a descritiva, pois consistiu na busca do conhecimento relevante sobre o tema proposto, bem como na descrição e exposição de características de determinada população, neste caso, as empresas estatais do setor de energia.

Quanto à abordagem a pesquisa foi qualitativa, pois visa observar cumprimento da normativa, NBC T-15. “Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. (RICHARDSON, 1999, p.80).

Primeiramente foi realizada uma leitura prévia de todas as demonstrações contábeis e notas explicativas dos relatórios da administração das companhias que compõe essa amostra, com a finalidade de identificar a evidenciação das informações de natureza ambiental levando em consideração os critérios da NBC T 15, a fim de elencar quais são essas informações e realizar uma comparação entre as 3 empresas objeto deste estudo.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste artigo, foram analisadas as informações qualitativas dos relatórios da administração das empresas CESP, Eletrobrás e a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Ribeiro (2017, p. 04), ressalta que “o aspecto qualitativo refere-se a expressão dos componentes patrimoniais segundo a natureza de cada um. Trata do detalhamento desses componentes, segundo a sua espécie”. Com base na coleta dos dados dos elementos encontrados e seguindo a NBC T-15 no que se refere às informações de natureza ambiental, foi possível identificar a aderência de evidenciação das empresas pesquisadas do segmento de energia.

A companhia CESP foi criada no ano de 1966 a partir da fusão de 11 empresas do ramo de energia, tornando-se assim a terceira maior geradora de energia elétrica do Brasil. A CESP possui três usinas hidrelétricas: Engenheiro Sergio Motta – Porto Primavera, localizada no Rio Paraná; Paraibuna, localizada no Rio Paraibuna e Jaguari, no Rio Jaguari.

A produção de energia elétrica das usinas da CESP é programada e executada de acordo com os Procedimentos de Rede e sob a coordenação do ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, o que garante a preservação de seus ativos e cumpre suas obrigações sociais e ambientais. É feita uma associação dos recursos fundamentais de disponibilidade, recursos hídricos e oportunidades de alocação de produção no SIN para buscar eficiência na produção de energia.

Em 2017, a CESP produziu 1.081 MW médios, que corresponderam a aproximadamente 2,4% da energia elétrica gerada por fonte hidráulica no SIN.

A garantia física bruta da CESP no ano de 2017 foi de 1.056,6 MW médios e comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, com 45 empresas distribuidoras e no Ambiente de Contratação Livre – ACL, com 6 clientes livres e 4 comercializadoras.

A empresa vê como um compromisso a responsabilidade ambiental e manifesta as evidências do seu compromisso alinhadas com os conceitos de Sustentabilidade Empresarial. Em seu relatório da Administração a empresa destacou as seguintes iniciativas – que vem de encontro com a NBC T 15:

Driving Sustainable Economies - desde 2007, a CESP responde o questionário do *Driving Sustainable Economies*, antigo *Carbon Disclosure Project* (CDP), o que colaborou

para a reflexão sobre o tema “alterações climáticas” na Companhia. O Programa de Mudanças Climáticas e Sequestro de Carbono, a tradição na publicação anual do inventário de gases de efeito estufa (GEE), a gestão das oportunidades e os projetos de pesquisa e desenvolvimento, são os pontos de destaque em mudanças climáticas. A CESP é uma Companhia de baixa intensidade de carbono, que produz energia elétrica exclusivamente a partir de usinas hidrelétricas, em bacias hidrográficas consideradas de baixa influência frente às mudanças climáticas e com potenciais oportunidades em uma futura economia de baixo carbono.

Programa Nascentes - É o programa do Governo do Estado que realiza o reflorestamento de nascentes, córregos e rios das bacias hidrográficas que abastecem reservatórios utilizados para atender centros urbanos. A CESP participa do programa, recuperando o entorno do reservatório da UHE Jaguari, nos municípios de São José dos Campos, Jacareí, Santa Isabel e Igaratá, no Vale do Paraíba. No período de 2015 a 2017, a área plantada foi de 208,96 hectares. A partir de 2017, as informações referentes a esse programa passaram a ser disponibilizadas no Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica - SARE, uma plataforma online para o cadastro e monitoramento de todos os projetos de restauração ecológica no Estado de São Paulo.

Política de Meio Ambiente - A Política de Meio Ambiente da CESP foi atualizada e aprovada na 1643ª Reunião de Diretoria, em 04.05.2015, visando disseminar uma cultura de responsabilidade socioambiental junto ao corpo de empregados, prestadores de serviços, fornecedores, comunidades do entorno e outras partes interessadas. Preocupada com os efeitos que as mudanças climáticas podem acarretar à sociedade, bem como com a dinâmica econômica, social e ambiental de suas atividades de geração de energia hidrelétrica, a CESP incorporou em sua Política de Meio Ambiente o seu compromisso da promoção do desenvolvimento sustentável e do exercício da responsabilidade social e da gestão ambiental de suas atividades.

Ecotime - Os Ecotimes são grupos multidisciplinares, compostos por colaboradores de diversas áreas da CESP, cujo propósito é contribuir com o aprimoramento de alguns processos ambientais presentes na Companhia. A atuação desses grupos tem priorizado os seguintes temas: saúde e segurança do trabalho (em parcerias com as CIPAs – Comissões Internas de Prevenção de Acidentes); consumo consciente de água e energia; gestão de resíduos sólidos; realização de campanhas para reciclagem e doação de calçados, óleo vegetal, filmes de radiologia, entre outros materiais de difícil descarte.

Manual Socioambiental - Os procedimentos relacionados a questões socioambientais adotados pela CESP durante o período chuvoso, principalmente em razão de elevação das vazões, foram reunidos nesse manual que integra os manuais do SOSEm – Sistema de Operação em Situação de Emergência, visando a segurança das barragens, reservatórios, empregados e das comunidades do entorno das usinas. **Manual do Fornecedor** - Disponibilizado no site da CESP, estabelece os valores, princípios e diretrizes que orientam o relacionamento com os fornecedores e fixa a Política de Suprimentos da CESP.

Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro - O Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro da CESP tem por objetivo reunir e apresentar dados sobre assuntos de ordem econômica, financeira, setorial, social, ambiental e de governança corporativa da Companhia. O relatório segue as diretrizes do “Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica”, da ANEEL, em conjunto com a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), incluindo o Suplemento do Setor de Energia Elétrica (GRI-EU). A metodologia GRI, internacionalmente reconhecida, determina um padrão de relato alinhado às melhores práticas de governança, desempenho ambiental, econômico e social para relatórios de sustentabilidade. A Companhia divulga seus relatórios desde 2008, e estão disponíveis em: <http://ri.cesp.com.br/acompanhia/sustentabilidade/>.

A CESP não tem projetos ambientais além dos estabelecidos pela NBC T 15. A empresa evidenciou em seu relatório da administração o total de cinco processos de cunho ambiental e duas ações cíveis advindas de pescadores e de oleiros ceramistas, somando em processos ao total. A CESP responde a ações ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, proteção de encostas, reserva legal, lençol freático e indenização por perdas econômicas e danos à ictiofauna. A estimativa da soma das ações, com risco de perda avaliado como provável e possível, alcança R\$ 2.175.444 (R\$ 2.039.271 em 31.12.2016) em 31.12.2017, conforme abaixo:

Quadro 1 – Informações retiradas das provisões de perda de natureza ambiental.

	<u>PROVÁVEL</u>	<u>POSSÍVEL</u>	<u>TOTAL</u>
Proteção de encosta.....	224.145	784.412	1.008.557
Descumprimento de acordo..	651.094	205.781	856.875
Parques.....	190.721	-	190.721
Lençol freático.....	-	3.829	3.829
Outros.....	40.838	74.624	115.462
	<u>1.106.798</u>	<u>1.068.646</u>	<u>2.175.444</u>

Fonte: Relatório Anual CESP 2017.

Ações de Pescadores - Existem ações em curso contra a CESP intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total das ações cujo risco de perda é avaliado como provável e possível, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 103.247 e R\$ 638.835 respectivamente, para 147 processos (R\$ 125.573 e R\$ 669.204 em 31.12.2016). Considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial, que na maioria dos casos têm sido favoráveis à Companhia, as quais indicam que os valores a serem pagos, quando assim decidido judicialmente, são substancialmente inferiores aos pretendidos pelos demandantes.

Ações de Oleiros Ceramistas - Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 47 ações envolvendo o valor de R\$ 1.004.836 (R\$ 909.039 em 31.12.2016) com avaliação de risco de perda provável e R\$ 181.438 (R\$ 317.687 em 31.12. 2016) com risco de perda possível em 31 de dezembro de 2017. Os pedidos formulados são diversos, destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados com o tempo para manutenção da atividade de oleiro ceramista.

Obrigações e Provisões para Compromissos Socioambientais - As obrigações socioambientais são registradas à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e os montantes estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

No quadro abaixo estão relacionados os passivos ambientais da empresa, no que se refere ao compromisso de adquirir áreas e de realizar projetos de reflorestamento no Parque Rio do Peixe, Ivinhema e Porto Primavera.

Quadro 2 – Informações retiradas do passivo circulante de natureza ambiental.

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>01.01.2016</u>
Não Circulante			
Reflorestamento (*)	41.150	49.250	81.000
Licenciamento.....	20.775	28.800	22.750
Implantação de parques.....	42.970	-	-
	<u>104.895</u>	<u>78.050</u>	<u>103.750</u>

Fonte: Relatório Anual CESP 2017.

A Usina Hidrelétrica de Itaipu foi criada em 1973 e é hoje a maior geradora de energia da América Latina, sendo fornecedora de energia para grande parte do Brasil – atendendo a demanda em 16,8% e quase todo o Paraguai, sendo 75,6% do fornecimento. Após a análise do relatório da administração da empresa, do ano de 2017, verificou-se que a mesma atende de forma parcial aos critérios mencionados na NBC T 15-Informações de Natureza Social e Ambiental.

A ITAIPU tem sido reconhecida mundialmente como referência no tema “Compras Sustentáveis” e participa intensivamente na elaboração da Norma ISO de Compras Sustentáveis (Norma 20.400, documento que foi finalizado em dezembro de 2016 e será publicado em março de 2017). O Programa tem como um dos seus objetivos a inclusão de requisitos de sustentabilidade nas aquisições de produtos e serviços para a ITAIPU. Desse modo atende ao critério de evidencição dos gastos com manutenção dos processos operacionais para melhoria do meio ambiente.

A empresa possui programas de educação ambiental para empregados e também para sensibilizar pessoas e grupos sociais para atuar, auto-educar e contribuir na educação de outros para construção de sociedades sustentáveis. De acordo com os números evidenciados, no relatório da administração da empresa, somente na margem paraguaia, foram sensibilizadas 12.205 pessoas através de diferentes atividades como: cursos, conferências, diálogos, caminhadas e oficinas de produção artesanal de resíduos.

Força Voluntária: O programa de voluntariado empresarial da ITAIPU, promove a integração sistêmica do tripé empresa-voluntário-sociedade, ou seja, acolhe o desejo de uma atuação cidadã dos empregados, buscando conciliá-lo às demandas legítimas da comunidade, aos objetivos estratégicos empresariais e à promoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dessa forma, o anseio do empregado é respeitado e as atuações voluntárias são efetivas e transformadoras, gerando riqueza para a comunidade.

Com o objetivo de oferecer conforto e satisfação aos turistas e usuários das Reservas e Refúgios Ambientais, a ITAIPU, margem paraguaia tem investido na melhoria da infraestrutura e equipamentos dos mesmos. Além do investimento em infraestrutura, as Reservas e Refúgios foram dotados de equipamentos para facilitar o desenvolvimento do trabalho diário, como podem ser mencionados à aquisição de tratores, embarcações, câmaras ocultas, filmadoras de mão e máquinas fotográficas, colchões, uniformes e equipamentos de laboratório de última geração, entre outros.

A criação da Eletrobrás surgiu a partir da proposta do Presidente Getúlio Vargas em 1954, porém este projeto só foi aprovado após 7 anos de tramitação no Congresso Nacional. Considerada a maior companhia do setor elétrico da América Latina, a Eletrobras é uma empresa de capital aberto, que tem como acionista majoritário o governo federal. São adotadas estratégias voltadas para governança e conformidade, excelência operacional, disciplina financeira, atuação sustentável e valorização das pessoas. Em seu relatório anual foi evidenciado o “desafio da eficiência” que a empresa busca atingir, no que tange as melhores práticas ambientais e a sua transparência perante isto em relação a todas as suas controladas. Para monitorar todas as ações das empresas relacionadas ao meio ambiente, a Eletrobras conta

com um Sistema de Gestão Ambiental, que é composto por três elementos: Política Ambiental, Comitê de Meio Ambiente (SCMA) e Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS), que serão apresentados a seguir, de acordo com os critérios da NBC T 15.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA: Programa criado em 2004 para aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na matriz energética brasileira. O Ministério de Minas e Energia define o montante anual a ser contratado e avalia o impacto dos custos aos consumidores finais e a Eletrobras realiza a contratação e seleção dos empreendimentos para compra e venda de energia.

No ano de 2017, a Eletrobras investiu um total de 527 milhões em diversas ações socioambientais, inclusive, tais operações são certificadas ISSO 14.001. A Eletrobras tem um programa de proteção à Biodiversidade, que conta com áreas de preservação no entorno das usinas da empresa além de programas de preservação da fauna e flora terrestre.

O uso racional dos recursos hídricos também é mencionado no relatório da administração da empresa. As empresas Eletrobras pagam compensação financeira por usarem os recursos hídricos em suas hidrelétricas, de acordo com a Lei nº 7.990/1989. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) gerencia a arrecadação e a distribuição desses recursos entre os beneficiários: estados, municípios e órgãos da administração direta da União. Os valores são calculados com base na geração de energia de cada ano. Em 2017, foi pago o montante de 389 milhões de reais - menor valor dos últimos anos, devido à crise hídrica já mencionada-, valor que representa cerca de 24% da compensação financeira paga no Brasil.

A empresa mantém um grupo de trabalho permanente – Grupo de Trabalho de Recursos Aquáticos e Biodiversidade – para tratar de assuntos relacionados à biodiversidade. O grupo desenvolve, desde 2016, um estudo sobre a exposição a riscos relacionados à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos e as oportunidades desta interação, visando à melhoria da gestão e do desempenho das empresas.

Projeto Melhores Práticas: Em linha com nosso compromisso de desenvolvimento sustentável e geração de valor socioambiental, desde 2011 o Projeto Melhores Práticas reúne as iniciativas socioambientais de destaque - de mitigação, de compensação ambiental ou de caráter voluntário - realizadas pelas empresas Eletrobras e que podem trazer benefícios à região na qual os projetos são implantados. Como resultado do programa, nossas ações ambientais voluntárias vão além do exigido pela legislação, reflexo do crescente compromisso da companhia com a sustentabilidade.

Procel Educação: o programa contribui para a construção de uma base de conhecimentos em eficiência energética e sustentabilidade, por meio da disseminação de informações e da disponibilização de recursos educacionais ao sistema de ensino formal do país, estimulando o cidadão a desenvolver habilidades, competências e atitudes referentes ao uso eficiente da energia.

Ainda existe a participação da empresa no projeto piloto desenvolvido pelo *Institute for Sustainability Leadership* (CISL) da Universidade de Cambridge para a criação do “*Natural Capital Protocol*” que tem como objetivo orientar a identificação, a mensuração e a valoração dos impactos e dependências em relação ao capital natural.

Mudanças Climáticas: A Eletrobras tem como meta pautar seus negócios, cada vez mais, em uma economia de baixo carbono. Desde 2012, a companhia assumiu publicamente o compromisso de orientar as ações de suas empresas com atenção ao tratamento do tema mudanças climáticas. Esta declaração está incorporada à Política Ambiental das Empresas Eletrobras. Para avançar nesse aspecto, a Eletrobras vem fazendo um trabalho de identificar os riscos relacionados às mudanças climáticas e emissões de gases de efeito estufa das atividades produtivas e administrativas de todas as subsidiárias, com adoção de medidas para reduzir o número dessas emissões.

Resíduos: O monitoramento dos resíduos gerados pelas atividades das empresas Eletrobras é também realizado pelo sistema IGS, que armazena e detecta possíveis inconsistências acerca do tema. Em 2016, as empresas destinaram 1.385.795 toneladas de resíduos, a maior parte para aterro industrial e para reutilização.

Programa de monitoramento das tartarugas marinhas – Promontar: Criado em 2013 pela Eletrobras Eletronuclear para monitorar a ocorrência de tartarugas marinhas na área de influência da Usina Angra 3 e tratar os animais encontrados eventualmente debilitados. Mais de 181 tartarugas marinhas já foram resgatadas nas praias da região. Com a ajuda de moradores locais e de funcionários do Parque Estadual da Ilha Grande, a equipe do programa identificou, em 2015, desovas da espécie *Caretta caretta* (tartaruga-cabeçuda), um fato inédito na baía de Ilha Grande. A Eletrobras não divulgou este tipo de informação no seu relatório da administração. A Eletrobras não divulgou este tipo de informação no seu relatório da administração. A Eletrobras não divulgou este tipo de informação no seu relatório da administração.

Quadro 3: Comparação do atendimento da NBT T 15 entre as 3 empresas.

EMPRESA	CESP	ITAIPU	ELETROBRAS
NBT T 15			
Processos Operacionais em prol do Meio Ambiente	ATENDE	ATENDE	ATENDE
Recuperação/Preservação ambientes degradados	ATENDE	NÃO ATENDE	ATENDE
Educação Ambiental Interna	ATENDE	ATENDE	ATENDE
Educação Ambiental Externa	ATENDE	NÃO ATENDE	ATENDE
Outros Projetos Ambientais	NÃO ATENDE	ATENDE	ATENDE
Processos Ambientais adm e judiciais	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE
Multas/Indenizações ambientais	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE
Passivos e Contingências Ambientais	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO ATENDE

Fonte: autores

5 CONCLUSÕES

Em relação a Contabilidade Ambiental, foi possível perceber a importância da evidenciação das informações de natureza sustentável das empresas, pois torna a sua conduta mais transparente perante os usuários da contabilidade e comunidade em geral que se utiliza dos serviços das empresas. Também foi verificado, que, de acordo com a NBC T 15, a maioria das empresas atende grande parte das características da norma, evidenciando quase todos os pontos citados e por vezes, quando se tratou de boas práticas, as empresas disponibilizaram um

grande número de informações. Um dos tópicos da norma que as 3 empresas apresentam, são os “investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados terceirizados, autônomos e administradores da entidade”. Cada uma das empresas dispõe de serviços de práticas educacionais para os seus empregados. Este é um ponto bastante positivo que pôde ser identificado neste estudo.

Na elaboração deste trabalho também foi possível concluir ao verificar o grau de evidenciação ambiental apresentado pelas empresas de acordo com a NBC T 15, que o *disclosure* realizado nas 3 empresas também está de acordo, porém de maneira parcial. A empresa CESP atende a todos os critérios da NBC T 15, entretanto a Itaipu e Eletrobras não publicam seus passivos ambientais nem possíveis problemas judiciais, informações estas que são importantes para organizações que lidam com matéria ambiental. As três empresas também oferecem mais informações qualitativas do que quantitativas, tendo menor evidenciação de valores monetários, mas esse aspecto não diminui a relevância das informações ambientais.

Por fim, considerando que o objetivo deste trabalho foi verificar se os elementos de divulgação estabelecidos na NBC T 15 foram ou não apresentados pelas empresas, acreditamos que as informações encontradas contribuíram para este estudo, tendo sido identificado, com base no conteúdo analisado, as informações propostas no problema de pesquisa. Torna-se relevante mencionar sobre as limitações encontradas pela falta de padronização dos relatórios das informações sócio ambientais, fica a sugestão de que pesquisas futuras sejam realizadas confrontando o setor estudado com outros segmentos, a fim de descobrir semelhanças e divergências, contribuindo, dessa forma, para a evolução e regulamentação da evidenciação necessária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)**. Resolução nº 1.003, de 19 de agosto de 2004. Aprova a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental. <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1003.pdf> Acesso em 23 jun. 2018.

BRASIL. **NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental**. <www1.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc>. Acesso em 23 jun. 2018.

BRASIL. **Parecer de Orientação CVM n. 15, de 28 de dezembro de 1987**. <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/pareceres-orientacao/anexos/pare015.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2018.

CALIXTO, Laura. **Uma análise da evidenciação ambiental de companhias brasileiras**. UnB Contábil, v. 10, p. 1-16, 2007.

DIAS, Reinaldo. **Marketing ambiental: Ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios**. São Paulo: Atlas, 2014.

FÉLIX, Joana Bicalho. BORDA, Gilson (org). **Gestão da comunicação e responsabilidade socioambiental: uma nova visão de marketing e comunicação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2009.

FERREIRA, Aracéli Cristina. SIQUEIRA, José Ricardo de. GOMES, Mônica Zaidan. **Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BRED, M. F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDICIBUS, Sergio de. MARION, José Carlos. FARIA, Ana de. **Introdução a teoria da contabilidade para graduação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JABBOUR, Ana Beatriz Lopes Souza. JABBOUR, Charbel Chiapetta. **Gestão ambiental nas organizações**: fundamentos e tendências. São Paulo: Atlas. 2013.

RIBEIRO, Maisa Souza. **Contabilidade Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.